



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

DECRETO LEGISLATIVO Nº 067/2019

DATA: 04 DE JUNHO DE 2.019

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPURAH – MT, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, DAS PEÇAS DE PLANEJAMENTO (LEI 1.040/2014 – LDO); (LEI 1.057/2014– LOA) E LEI 1.005/2013 – PPA; **PROCESSOS 981-4/2015, 22.167-8/2015 E 1.065-0/2015 e apensos GESTÃO DO PREFEITO LUIZ UMBERTO EICKHOFF.**

O Senhor, **Odair Cesar Nunes**, Presidente da Câmara Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Ficam aprovadas as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Tapurah, Exercício Financeiro de 2015, gestão do Prefeito Luiz Umberto Eickhoff, acompanhando a decisão do Parecer Prévio Favorável sob nº 93/2016 do Tribunal de Contas do Estado e o contido no Parecer favorável nº 5.170/2016 do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso, em conformidade com o que preconiza o Artigo 31 § 2º da CF/88 e o Artigo 48 §3º da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Registra-se que no Plenário da Câmara Municipal, houve 08 (oito) votos favoráveis à aprovação das referidas contas, portanto prevalecendo o Parecer Prévio favorável emitido pelo Tribunal de Contas do Estado supracitado.

Art. 3º. Encaminhe-se cópia deste decreto ao atual gestor para cumprir as seguintes recomendações:

I - realizar acompanhamento efetivo e pleno da receita, mês a mês, de modo a saber se está sendo incrementada ou não, em confronto com as despesas que estão sendo realizadas e suportadas pelos créditos adicionais



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ: 33.005.083.0001/60

autorizados, estes não podendo ser respaldados por recursos inexistentes (**FB03 – item 2**);

II - quando da elaboração do projeto de LOA e seus respectivos programas de governo, o faça em compatibilidade com os projetos previstos no PPA, nos termos do art. 165, § 7º da Constituição da República (**FB13 – item 3**);

III - observe o disposto no parágrafo único do art. 22 da LRF, abstendo-se de conceder vantagens, criar cargos, alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa e contratação de hora extra, enquanto não for reduzido o excesso (Resolução de Consulta nº 53/2010);

IV - continue adotando medidas efetivas visando aprimorar a máquina administrativa em busca de uma Gestão de Excelência (NOTA A) e de melhores resultados nos indicadores que compõem o **Índice de Gestão Fiscal – IGF** (receita própria tributária; despesa com pessoal; investimentos; liquidez; custo da dívida; e resultado orçamentário do RPPS);

V - proceda o aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da saúde, identificando os fatores que casaram a piora dos resultados das avaliações das políticas públicas, visando uma mudança positiva na situação avaliada por esta Corte por ocasião da apreciação destas contas, **cujos resultados deverão ser comprovados quando da apreciação das contas de governo relativas ao exercício de 2016**, especialmente em relação aos seguintes indicadores: **Taxa de Internação por Infecção Respiratória Aguda (IRA) em menores de 5 anos (2014); Taxa de Mortalidade por Doenças do Aparelho Circulatório – Doença Cérebro-vascular (2013); Taxa de Detecção de Hanseníase (2014); Taxa de Incidência de Dengue (2014) e Incidência de Tuberculose todas as formas (2014);**

VI - promova o aperfeiçoamento do planejamento e da execução dos programas de governo, realizando um planejamento criterioso que tenha por base a realidade e as necessidades da população do município, visando uma mudança positiva na situação avaliada por esta Corte, em especial com relação à: **Controle interno; Consolidação da cidade como marco em esporte e lazer; Ações de economia sustentável, desenvolvimento econômico e fomento do turismo; Defesa do consumidor; Incentivo a produção cultural e a interação criativa; Gestão da política de transporte;**



CAMARA MUNICIPAL DE TAPURAH ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ: 33.005.083.0001/60

Ações de desenvolvimento rural; Ações de desenvolvimento urbano; Fortalecimento das ações de proteção social – Fundo Mun. de A. Social; Fortalecimento das ações de proteção – atendimento integral a família; Fortalecimento das ações de proteção social – proteção social especial; Fortalecimento das ações de proteção social – proteção ao idoso; Melhoria na mobilidade urbana – eficiência do trânsito; Fortalecimento das ações de proteção social – inclusão digital/projetos sociais; Fortalecimento das ações de proteção social – Minha Casa Minha Vida; Assistência e benefício para o servidor de Tapurah; Reserva de contingência e Reserva do RPPS.

Art. 4º. Encaminhem-se os processos relativos ao julgamento das contas aos órgãos competentes para a tomada das providências cabíveis (Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado).

Art. 5º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tapurah – MT; aos 04 dias do mês de junho de 2019.

Odair Cesar Nunes
Presidente da Câmara

Registre-se
Publique-se
Cientifique-se
Cumpra-se

Aelton Antônio Figueiredo
1º Secretário da Mesa da Câmara